

[Digite aqui]

Afim de atender ao Contraditório Prestação de Contas, seguem abaixo respostas às questões:

13876. O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece as competências do conselho e de seus membros?

Sim, conforme art. 30 da Lei Municipal 1.420/2004.

13877. O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece a duração do mandato Presidente e do Vice-Presidente do conselho?

Sim, conforme art. 26, § 1º da Lei Municipal 1.420/2004.

13878. O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do órgão, como a periodicidade e o quórum das reuniões?

Sim, artigos 27 e 28 da Lei Municipal 1.420/2004.

13879. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) possui composição paritária? (deve possuir o mesmo quantitativo de representantes da administração pública e de servidores ativos, inativos e pensionistas)

Não, conforme art. 26 da Lei Municipal 1.420/2004.

13880. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) divulga no site do RPPS calendário anual de reuniões?

Sim. <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/pagina/15/rpps-fundo-de-previdencia/sub-pagina/188/>

13884. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) elabora parecer ao relatório de prestação de contas anual do RPPS? (o parecer que o aprovar deve conter, obrigatoriamente, as áreas analisadas, os itens ressaltados e as recomendações de melhoria, se houver)

Não.

13886. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) opina conclusivamente sobre a regularidade dos repasses das contribuições normais?

[Digite aqui]

Não.

13888. O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) opina conclusivamente sobre a regularidade dos aportes para cobertura do déficit atuarial?

Não. Os aportes são feitos com base na Lei de aporte promulgada após a elaboração do cálculo atuarial e acompanhados por agente a serviço do RPPS.

13890. A maioria dos membros titulares do Conselho Fiscal possui certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?

Sim.

13894. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece as competências do conselho e de seus membros?

Sim, conforme art. 30 da Lei Municipal 1.420/2004.

13895. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece a duração do mandato do Presidente e do Vice-Presidente do conselho?

Sim, conforme art. 26, § 1º da Lei Municipal 1.420/2004.

13896. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do órgão como a periodicidade e o quórum das reuniões?

Sim, artigos 27 e 28 da Lei Municipal 1.420/2004.

13897. O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) possui composição paritária? (Deve possuir o mesmo quantitativo de representantes da administração pública e de servidores ativos, inativos e pensionistas)

Não, conforme art. 26 da Lei Municipal 1.420/2004.

13898. O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) divulga no site do RPPS calendário anual de reuniões?

Sim. <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/pagina/15/rpps-fundo-de-previdencia/sub-pagina/188/>

[Digite aqui]

13902. A maioria dos membros titulares do Conselho deliberativo possui certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?

Sim.

13906. O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece as competências do comitê e de seus membros?

Sim, conforme art. 30 da Lei Municipal 1.420/2004.

13907. O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece a duração do mandato do Presidente do comitê?

Sim, conforme art. 26, § 1º da Lei Municipal 1.420/2004.

13908. O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do comitê, como a periodicidade e o quórum das reuniões?

Sim, artigos 27 e 28 da Lei Municipal 1.420/2004.

13910. O Comitê de Investimentos divulga no site do RPPS calendário anual de reuniões?

Sim. <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/pagina/15/rpps-fundo-de-previdencia/sub-pagina/188/>

13914. Há processo destinado à certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e dos membros titulares do comitê de investimentos previamente ao exercício dessas funções?

Sim.

13963. A Política de Investimentos do RPPS é aprovada pelo Conselho Deliberativo ou órgão equivalente?

Sim. É elaborada ata para aprovação após reunião do Conselho.

13968. O RPPS publica em seu site relatório sobre o resultado mensal dos investimentos? (os relatórios devem conter informações sobre distribuição da carteira; retorno da carteira por ativo; rentabilidade e análise do risco da carteira)

Sim. <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/pagina/15/rpps-fundo-de-previdencia/sub-pagina/188/>

[Digite aqui]

13970. O RPPS publica em seu site a documentação referente a seleção de fundos de investimentos?

Não.

13972. O RPPS publica em seu site as Autorizações de Aplicação e Resgate (APR)?

Não.

13974. O RPPS publica em seu site regulamento do credenciamento de instituições financeiras?

Essa informação fica disponível no site da assessoria financeira Crédito e Mercado.

13976. O RPPS publica em seu site lista de instituições financeiras credenciadas?

Essa informação fica disponível no site da assessoria financeira Crédito e Mercado. Em nosso site se encontra instituições as quais temos contas ativas. <https://transparencia.betha.cloud/#/PS-OFICwUHU9DLM3uI2psQ==/consulta/26354>

13982. O RPPS possui ato normativo vigente que regulamente o recenseamento (recadastramento) dos servidores inativos e pensionistas?

Não.

13984. O RPPS realiza recenseamento previdenciário, que inclua prova de vida, para atualizar os dados cadastrais de aposentados e pensionistas, pelo menos a cada 02 (dois) anos?

Não.

13986. O ente federativo realiza recenseamento previdenciário para atualizar os dados cadastrais dos servidores ativos, pelo menos a cada 5 (cinco) anos?

Não.

13988. O RPPS realiza estudo técnico de aderência das hipóteses utilizadas na elaboração das avaliações atuariais do RPPS, pelo menos a cada 04 (quatro) anos?

Para o relatório desse ano de 2025 foi realizado.

13990. O RPPS publica em seu site os relatórios de avaliação atuarial (laudos atuariais)?

Sim. <https://www.mandaguacu.pr.gov.br/pagina/15/rpps-fundo-de-previdencia/sub-pagina/186/>
O relatório referente a 2025 ainda não foi finalizado.

[Digite aqui]

13992. O Ente Federativo possui ato normativo vigente que regulamenta que regulamenta o recenseamento (recadastramento) dos servidores ativos?

Não.